

**ASSOCIAÇÃO CARUARENSE DE ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO –
ASCES**

BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

**ASSISTENTE SOCIAL COM VÁRIOS VÍNCULOS: IMPLICAÇÕES NA
PRÁTICA PROFISSIONAL E PARA SUA SAÚDE**

ANTÔNIO MARCOS AMARAL DA SILVA

CARUARU

2017

**ASSOCIAÇÃO CARUARENSE DE ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO –
ASCES**

BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

**ASSISTENTE SOCIAL COM VÁRIOS VÍNCULOS: IMPLICAÇÕES NA
PRÁTICA PROFISSIONAL E PARA SUA SAÚDE**

ANTÔNIO MARCOS AMARAL DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de bacharel em Serviço Social pela
Associação Caruaruense de Ensino Superior
e Técnico – ASCES.

Orientadora: M. Ana Mircéia Siqueira
Saldanha

CARUARU

2017

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: ___/___/___

Presidente: Prof.^a M. Ana Mirceia Siqueira Saldanha

Primeiro Avaliador: Prof.^a. Dr.^a. Juliene Tenório

Segundo Avaliador: Prof.^a. Dr.^a. Marina Gondim

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me ajudado chegar até aqui utilizando as seguintes pessoas:

Minha orientadora Prof.^a Me. Ana Mirceia Siqueira Saldanha, pela dedicação e incentivo demonstrado ao longo da construção desse trabalho, por suas correções e orientações, muito agradecido.

A toda turma de Serviço Social da ASCES 2015, Luan de Almeida Assunção, Brenda Thamyres Lira de Oliveira Santos, Mariclécia Maria de Lima Silva, Pamella Torres de Deus, Anagésia Leal da Silva, Andréa Jéssica de Lima Santos, Maria Michelle Silvestre de Pontes, Bruna Nascimento de Melo, Alessandra Rodrigues da Silva, Eliene Ferreira Nunes Íres Milena de Sousa e Santana, Fabrícia Cavalcante.

Aos colegas de curso, Jéssica Sales, Viviane Mousinho, Tatiane Ferreira, Sandra Valéria e Everton.

Aos professores (as) Josinês Rabelo, Juliene Tenório, Ana Paula Luna, Rosineide Gonsalves, Flávia clemente, Fernanda Luma, Orlando Rabelo, Sheila Nadíria, Ilza Muniz, Verônica Silva e Elba Ravani.

A todos que fizeram parte da minha formação muitíssimo obrigado.

“Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo
diferentemente, cabe transformá-lo.” Karl Marx.

Durante a nossa vida encontramos pessoas que nos impulsionam e nos estimulam a crescer sempre. E entre essas pessoas existe aquela que está a frente de todas as outras, por isso dedico este trabalho a Déborah Guaraná, por seu apoio durante toda minha formação.

RESUMO

Esta pesquisa aborda sobre as temáticas da precarização e super exploração do trabalho do profissional em Serviço Social. Inicia fazendo um breve resgate sobre o significado do trabalho na vida dos seres humanos. Este trabalho enfatizará entre outros, o significado social do trabalho que é condicionado através da práxis, uma vez que este, o trabalho, é resultante de uma cooperação coletiva. O ato de laborar influencia em todos os demais acontecimentos da vida humana, refletindo também nas ações e nas proposições em que os/as profissionais do Serviço Social estarão enfrentando nos diversos campos de atuação em que o Serviço Social está inserido. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e de campo. A pergunta norteadora da pesquisa foi quais as consequências de vários vínculos empregatícios para a prática profissional e para a saúde do/a Assistente Social? Para responder a essa pergunta utilizamos o método dialético crítico. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com quatro assistentes sociais que atuam em mais de um vínculo na região de Caruaru. Finalizamos o trabalho trazendo os resultados da pesquisa onde é evidenciado que a atuação em mais de um vínculo pode trazer problemas para saúde do assistente social, principalmente a saúde emocional que se configura na saúde mental dos profissionais. Além disso, a prática profissional alinhada com o Projeto Ético Político pode ficar comprometida com as pressões dos vínculos institucionais e excesso de trabalho dos assistentes sociais.

Palavras chave: trabalho. Serviço Social. saúde.

Abstract

This research deals with the issues of precariousness and overexploitation of the work of the professional in Social Work. It begins by making a brief rescue on the meaning of work in the lives of human beings. This outline will emphasize, among others, the social meaning of work that is conditioned through praxis, since this, the work, is the result of collective cooperation. The act of labor influences all other events in human life, also reflecting the actions and propositions in which Social Work professionals will be facing in the various fields of activity in which Social Work is inserted. It is a qualitative and field research. The guiding question of the research was the consequences of several employment links to the professional practice and health of the Social Worker? To answer this question we use the critical dialectical method. Semi-structured interviews were conducted with four social workers who work in more than one link in the region of Caruaru. We conclude the work with the final considerations where it is stated that acting in more than one bond can bring problems to the social worker's health, especially the emotional health that is configured in the mental health of professionals. In addition, professional practice aligned with the Political Ethical Project may be compromised by the pressures of institutional ties and overwork by social workers.

Keyword: work. social work. health.

Lista de siglas

SUS – Sistema Único de Saúde

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família

CREAS – Centro Especializado de Referência da Assistência Social

FUNASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo I	
1. Trabalho, ser social e práxis.....	11
1.1 Trabalho no século XX: A especialização do mundo do trabalho.....	14
1.2.1 Trabalho e organizações produtivas no século XX	15
1.2.1.1 Taylorismo.....	15
1.2.1.2 Fordismo	17
1.2.1.3 Toyotismo.....	18
Capítulo II	
2. Serviço Social na divisão técnica do trabalho	20
2.1 Intenção de ruptura com o conservadorismo: por um Serviço Social além da técnica.....	21
2.2. Serviço Social e trabalho em tempos de crise.....	25
Capítulo III	
3. Trabalho e qualidade de vida	29
3.1 Caminho trilhado para pesquisa.....	32
3.2 Perfil dos entrevistados	33
3.3 Por que mais de um vínculo?	34
3.4 Consequências para saúde.....	36
3.5 Projeto ético político	37
Considerações finais	40
Referências	41

Introdução

As metamorfoses do mundo do trabalho trouxeram consequências para a classe trabalhadora e o/a assistente social faz parte desta classe e atua diretamente com as expressões da questão social. Assim, ao atuar em várias situações da vida cotidiana dos usuários, realizando encaminhamentos, enfrentando problemas institucionais e as contradições do mundo do trabalho, o excesso de trabalho pode acabar interferindo na prática e na saúde do profissional, principalmente, quando esse profissional estiver atuando em mais de um vínculo.

O interesse pela pesquisa surgiu da experiência de estágio e foi a partir daí que teve início, através da observação cotidiana de profissionais que participaram direta ou indiretamente do estágio supervisionado e de outros assistentes sociais que tivemos contato.

Procuramos responder a seguinte pergunta, quais as consequências de vários vínculos empregatícios para a prática profissional e para a saúde do/a Assistente Social?

Dessa forma, buscamos compreender as implicações desses vínculos para a prática profissional e para a saúde do/a assistente social. Como objetivos específicos a pesquisa busca investigar a categoria trabalho na perspectiva da teoria crítica; refletir sobre o serviço social na contemporaneidade levando em conta os avanços e retrocessos da profissão. Identificar as necessidades que levam assistentes sociais de Caruaru a manterem vários vínculos analisando as consequências disso para a prática profissional bem como para sua saúde.

A pesquisa é de natureza qualitativa e o método utilizado foi o dialético crítico. Para a coleta de dados, foram feitas entrevistas semi-estruturadas com 04 assistentes sociais da cidade de Caruaru que trabalham em mais de um vínculo. Para análise dos dados utilizamos análise de conteúdo.

Este trabalho pretende contribuir com uma reflexão sobre as consequências e os porquês desta prática, embasando-se na teoria crítica para fundamentar resultados e proposições, bem como contribuir para o aproveitamento em novas pesquisas pela comunidade acadêmica, fornecendo a sociedade e aos assistentes sociais estudo atualizado sobre a prática do Serviço Social em Caruaru.

Este trabalho de conclusão de curso pretende abordar a realidade vivenciada pelos profissionais do Serviço Social, tendo como amostra alguns que atuam na cidade de Caruaru, embasando em autores que escrevem sobre o tema trabalho, seu sentido e implicações, como Antunes, Lessa e Barroco. Bem como autores que escrevam sobre os rebatimentos para a categoria dos assistentes sociais como lamamoto, Netto, Matinelli e outros. Perpassando pelos sentidos da práxis e a construção do ser social como (re) produtor de relações sociais. Visto ser o trabalho algo também coletivo e social.

Abordaremos acerca das relações do ser humano com o trabalho ao longo de sua existência e metamorfoses, passando pela descaracterização dos trabalhadores com a implementação da produção em massa e conseqüentemente super exploração do trabalho. Chegando até a contemporaneidade nas considerações sobre os rebatimentos para o Serviço Social, destacando a atuação dos/as assistentes sociais nesse contexto de exploração de mão de obra e desvalorização profissional.

Esse trabalho pretende ainda trazer algumas questões acerca dos momentos de crise, bem como isso reflete para o Serviço Social, não esquecendo que as lutas e movimentos sociais em prol de melhores condições de trabalho e a defesa do projeto ético político sempre estiveram em pauta para essa categoria profissional.

Por fim traremos um sucinto exposto acerca da realidade vivenciada por alguns profissionais que atuam em mais de um vínculo para poder suprir suas necessidades básicas/humanas, na tentativa de concluir este trabalho com opinião daqueles que estão na ponta, atuando em condições adversas e incompatíveis com as estratégias de efetivação do projeto ético político.

Capítulo I

1. Trabalho, ser social e práxis

Trabalho é toda atividade na qual os seres humanos transformam a natureza com a finalidade de satisfazerem suas necessidades (sejam elas criadas/impostas ou de sobrevivência), assunto que interessa a toda sociedade em especial, a classe trabalhadora.

Portanto, há a necessidade de trazermos um breve resgate do real significado do trabalho e suas implicações para sua força motriz que são os trabalhadores e trabalhadoras. Segundo Barroco (2012), o trabalho é pressuposto da existência humana. E de fato o é, uma vez que este condiciona o ser social, norteia os acontecimentos através da práxis. Essa categoria teórica, segundo Netto (2009), envolve não só o trabalho, como inclui nele todas as objetivações humanas.

A categoria de práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além de suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas suas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – *um mundo social humano enfim*, em que a *espécie humana* se converte inteiramente em gênero humano. Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser *criativo e autoprodutivo*: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua auto-atividade, ele é o que (se) fez e (se) faz. (NETTO, 2009, p. 44).

O trabalho é deveras o que dá sentido/significado a existência humana, isso fica evidenciado de maneira bem nítida no sistema capitalista vigente, estando o trabalhador em pleno exercício de suas funções laborativas ou inserido no exército de reserva, este ainda é classe trabalhadora, proletariado, parte de um todo indissolúvel.

Portanto, como sustenta Lukács, (1979, p.87 apud in BARROCO 2012) “(...) o trabalho é antes de tudo o ponto de partida para humanização do homem. (...)” comprovado este fato, daremos ênfase nesse momento ao significado social do

trabalho e a construção do ser social implícita nesse (re) produtor de relações sociais através da práxis.

Segundo Nascimento et al. (2010) essa condição ontológico-social ineliminável do trabalho, na (re) produção do ser social, dá a ele um caráter universal e sócio-histórico. O trabalho não é obra de um indivíduo, mas da cooperação entre homens; só se objetiva socialmente, de modo determinado; responde a necessidades sócio-históricas, produz formas de interação humana como à linguagem, as representações e os costumes que compõem a cultura.

E nessa construção social permite encontrar subsídios para tornar ainda mais evidente a questão social tendo em vista o ser social e dinâmico em que se encontra o ser social. Para acrescentar a este escrito, Braghini et al. (2015) trás o conceito de ontologia do ser social.

O sentido da palavra ontologia, empregada nesse artigo diz respeito à ciência ou tratado que estuda o ser humano (do grego = ón, óntos = ser; mais lógos = tratado; estudo). Historicamente, a filosofia tratou o humano e o estudou tendo como parâmetro a metafísica. Marx, por sua vez, contribuiu para dar outro significado ao ser que vive em sociedade, homens e mulheres que, nas mais diversas expressões, apresentam determinadas características que os distingue dos outros seres da natureza. (BRAGHINI et. al, 2015, p. 02)

Barroco fala sobre o trabalho responder a necessidades sócio-históricas, trazendo essa afirmação para a contemporaneidade, evidencia-se que precisa também responder a necessidades sócio-históricas criadas/impostas pelo sistema capitalista vigente. O que vai gerar sempre novas demandas e a exigência do agir teleológico para criar novas estratégias na atuação profissional.

Tratando do ser social como um ser que se movimenta e busca se transformar na sua prática, nessa transformação tem-se novos resultados a partir da prática empírica. Sendo assim, Braghini et al. (2015) trás o conceito de ser social para compreendermos melhor, temos:

O ser social é entendido, como um ser real, concreto, histórico e dialeticamente constituído na vida, em contraposição a proposta idealista. Este, por sua vez, vive e se objetiva na vida cotidiana e, na atualidade,

numa sociedade dividida pela relação de classe, pelas relações sociais capitalistas e pela exploração “do homem pelo próprio homem”, estando diretamente, intrínseco e extrinsecamente, vinculado a dicotomia capital versus trabalho. (BRAGHINI et. al, 2015, p. 02)

Na atualidade vivenciada por todos os trabalhadores em virtude das mutações do mundo caótico em que nada fica no mesmo lugar e tudo se altera na medida em que surgem novas formas de trabalho para a adequação no mercado e do capital.

O surgimento notório dos novos campos de trabalho tem trazido fundamentos essenciais para a discussão de *exploração por necessidade e vontade própria* e *exploração imposta* no sentido da mais valia bem explicada por Karl Marx¹ que é obter mais lucro no mesmo sistema de pagamento sem aumentar de acordo com as horas trabalhadas.

As duas discussões existentes e que foram destacadas no último parágrafo nos remetem a reflexões pontuais acerca do que seja cada uma e no que pode trazer de relevância para a discussão proposta nesta pesquisa.

Inicialmente é vantajoso considerar que todas as formas de trabalho são dignas e honestas, pode e deve ser posta como necessidade de uma sociedade e da sobrevivência social, num contexto em que as pessoas encontram-se vulneráveis devido a diversos motivos que ressurgem nas entrelinhas das funções de cada trabalhador.

De acordo com leituras realizadas durante a formação acadêmica foi visto que desde o século XIX as pessoas vêm num movimento de reconstrução lutando para remodelarem suas visões por necessidade de manter seus trabalhos, ou seja, muitos profissionais em virtude das necessidades sociais do trabalho se submetem a longas jornadas de trabalho esquecendo-se de sua gênese e pondo em cheque as lutas já conquistadas durante o processo histórico.

Tanto a profissionalização quanto os direitos do trabalhador podem ser considerados como conquistas diante do cenário vivenciado no século XXI. Em contra partida, existia o fortalecimento da classe operária na luta pelo fim da exploração. De certo, seria uma mobilização pontual no sentido de aprimorar o que

¹ Para melhor entendimento do termo se faz necessário ler a obra: O Capital de Karl Marx que fala da mais valia.

há tempos já vinha sendo questionado sobre o excesso de trabalho exercido pela “classe que vive do trabalho”.

1.1 Trabalho no século XX: A especialização do mundo do trabalho

Na contemporaneidade podemos observar a relação do homem com o trabalho configurando num processo de lutas e conquistas, mas também de retrocessos. O homem está sempre em busca de melhores condições nas relações sociais que envolvem o trabalho. Assim, podemos compreender que o trabalho ao longo da história dá sentido ao ser humano quando ele tem as condições objetivas de desenvolver suas habilidades e relações com a natureza e a sociedade. Mas para entendermos essa relação devemos analisar acontecimentos importantes no mundo do trabalho.

Fazendo uma análise histórica sobre o trabalho, a partir da Revolução Industrial² compreende-se que esse era visto como o fornecedor da subsistência humana para a compra de mantimentos e, subsidiário nos momentos de lazer – que eram quase inexistentes – com a família. A partir de outras leituras realizadas ao longo dos estudos foi possível compreender que o trabalho era exaustivo e os trabalhadores viviam em condições subumanas. A exploração atingia mulheres e crianças mais ainda. Mesmo assim os trabalhadores resistiam à situação que lhes eram impostas iniciando movimentos em várias cidades da Europa.³

Com o passar da história, a situação começou a tomar outro norte. Agora, a ideia é trabalhar cada vez mais no intuito de agrupar verbas para comprar uma pequena propriedade para negociar e/ou comprar mercadorias de consumo.

Assim, podemos compreender que a questão do mundo do trabalho teve muitas modificações devido ao percurso que a história percorre. Mas as mudanças ocorridas ao longo do tempo propiciaram a justificação de que na atualidade os

² A Revolução Industrial teve seu início no Brasil em meados do final do século XVIII. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/df6bv/pdf/lopes-9788599662823.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

³ Para melhor compreensão sugere-se assistir ao filme “Tempos Modernos” interpretado por Charlie Chaplin. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CozWvOb3A6E>>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

trabalhadores trabalham incansavelmente na busca de sanar suas necessidades. Embora saibamos que a necessidade traz consigo muitas outras situações que prejudicam a vida profissional almejada por muitos e que a tendência é configurar numa nova era onde a sobrecarga de trabalho acarreta problemas relacionados à saúde do trabalhador.

1.2.1 Trabalho e organizações produtivas no século XX

O Brasil e o mundo vêm passando por inúmeras modificações econômicas, sociais e políticas que atingem diretamente o mundo do trabalho. O desemprego é uma constante em todos os níveis profissionais, seja de nível fundamental, médio e/ou superior e uma consequência dessas mudanças é a caótica da economia. Compreender o processo histórico pelo que passou o mundo trabalho é importante para refletir sobre estágio atual do mundo do trabalho, por isso estudaremos sobre o taylorismo, fordismo, e toyotismo.

1.2.1.1 Taylorismo

Friederick W. Taylor (1856-1915) criou técnicas administrativas cujos princípios incluíam a exploração do trabalho em seu limite máximo e sem desperdício, alienando o trabalho intelectual dos sujeitos e robotizando a produção. Havia inclusive uma Escola Industrial Henry Ford, com a finalidade de produzir mão de obra especializada e porque não dizer barata. Nos princípios Tayloristas as funções eram discriminadas de acordo com a intelectualidade das pessoas

[...] a ciência que rege as operações do trabalho é tão complexa que o melhor trabalhador adaptado a sua função é incapaz de entendê-la, quer por falta de estudo, quer por insuficiente capacidade mental. [...] um dos primeiros requisitos para o indivíduo que queira carregar lingotes de ferro como ocupação regular é ser tão estúpido e fleumático que mais se assemelhe em sua constituição mental a um boi. (BATISTA apud TAYLOR, 1990, p.42;43;53;92).

Atrelado a esse modelo de produção que super explorava o trabalho, alguns direitos sociais foram ampliados, o que segundo BATISTA apud BRAGA (1995) “suavizou temporariamente o conflito inerente a relação capital-trabalho até a crise do seu padrão de acumulação”.

A reflexão acerca dessa exploração é que, ela sempre teve uma conotação de possibilidades aos empregados, que na verdade, não passava de uma demagogia, no intuito de retirar do profissional toda força de trabalho possível. E essa situação não pode ser remetida apenas ao período da primeira e segunda Revolução Industrial ocorrida no século XIX, mais especificamente, em meados de 1840 a 1870.

Ao expor o período das revoluções permite-nos refletir sobre as lutas constantes em prol de melhorias e que na linha de pensamento do Taylorismo não acreditava que as pessoas escravizadas não seriam capazes de se organizarem e lutar pela liberdade laboral. Quando se traz liberdade laboral traz-se no tocante a não exploração, bem como a nova compreensão do trabalho exercido por todos/as.

Quando se discute acerca da exploração e da alienação cognitiva dos sujeitos profissionais trazidas na criação das técnicas do Taylorismo, se percebe que essa discussão é bem atual, pois, na reforma trabalhista, bem como todos os aspectos relacionados aos profissionais se apresenta de forma próxima ao que a contemporaneidade expõe.

Na atualidade, parece que o pensamento preconizador do Taylorismo se mecaniza na contemporaneidade quando se pensa na divisão do trabalho a partir da ótica de que o profissional é submetido por uma análise subjetiva que vai decidir se o grau intelectual dele condiz com a função exercida por ele e se aquela vaga, de fato é digna, intelectualmente, para o referido profissional.

Oportunamente, é sabido que a discussão sobre essa divisão do trabalho, a relação exercida por ele entre os profissionais e tantas outras situações a partir do campo de trabalho não poderá ficar maquiado como sempre foi, e, é nessa atual sociedade neocapitalista.

1.2.1. 2 Fordismo

O sistema capitalista para reorganizar-se precisa redirecionar os setores reprodutivos da sociedade. Foi o que aconteceu no final do século XIX com o modelo fordista de produção.

Esse modelo foi fortalecido principalmente no final da Segunda Guerra Mundial nos países ocidentais. Apresentava uma forte divisão das tarefas trabalhistas na fábrica, intensa organização gerencial e técnica, levando a um intenso controle da produção. Também ressaltamos que esse modelo permitia a intervenção do Estado.

Segundo Neto (1986) o fordismo é um desenvolvimento da proposta de Taylor; nada mais é do que a utilização de elementos objetivos do processo, de trabalho morto, para objetivar o elemento subjetivo, o trabalho vivo. Partindo da colocação de Neto se pode observar que o desejo em aumentar as vendas tendo a sua despesa diminuída em relação ao benefício exercido em função da exploração humana.

Assim, a profissionalização que antes era vista como algo que pudesse ameaçar o andamento e exploração social do trabalho, agora se respalda na formalização do trabalho pondo em cheque novas estruturas de trabalho no sentido de colaborar acerca das multifunções que até então era vigente e que foi tomando nova forma a partir dos movimentos sociais de luta em favor de melhores condições de trabalho, para sustentar a ideia sinalizada, Lessa (2012, p. 139) trás que [...] o trabalho é a categoria fundante dos valores; todavia, a gênese dos valores não se encontra na relação práxis/valores, mas na contínua mudança do ser social.

As desigualdades sociais também foram intensas, nesses períodos, observamos diferenças econômicas e sociais entre os trabalhadores do setor primário e secundário como salienta Bonnano (1999) “entre aqueles da produção e os profissionais, entre raças, grupos étnicos e sexo foram os aspectos mais visíveis do novo padrão de racionalização e de burocratização”.

Segundo Pinto (2007, p.30), no fordismo:

A ideia básica era a seguinte: padronizando os produtos e fabricando-os numa escala imensa, da ordem centenas ou milhares por dia, certamente os custos de produção seriam reduzindo e contrabalançados pelo aumento do consumo, proporcionando, por sua vez, a elevação da renda em vista dos melhores salários que poderiam ser pagos em função do aumento das vendas e, portanto, dos lucros empresariais.

O intenso trabalho em serie e em grandes quantidades marcaram profundamente o período fordista, tanto na administração, como na divisão técnica do trabalho e na economia de mercado. Baseado em princípios de intensificação, economicidade e produtividade.

A estagnação tanto no Taylorismo como no Fordismo ocorreu por vários fatores. Entre eles podemos citar o baixo crescimento e a instabilidade do mercado a partir dos anos 1970, a alta concorrência internacional com variedades de produtos relacionados à qualidade, a entrega, aos preços etc. Outro importante fator foi à desmotivação dos trabalhadores que influenciou na baixa produtividade (PINTO, 2007).

Outra proposta de organização produtiva que ganha força com a estagnação do modelo Taylorista/Fordista foi o modelo japonês chamado de Toytismo que passaremos a ver agora.

1.2.1.3. Toyotismo

Segundo Silva (2014, p. 52) A passagem do fordismo para o *toyotismo* terminou sendo acompanhada pela crescente instabilidade nos destinos ocupacionais, distante da incorporação dos ganhos de produtividade, sem proteção do Estado e com ausência de regulação pública.

A partir dos anos de 1970 a crise do capital se intensificou configurando mudanças econômicas, sociais e políticas. Conseqüentemente, o mundo do trabalho foi atingido por essa crise fazendo com que uma reorganização acontecesse.

É nesse momento que o modelo japonês entra em cena. O toyotismo

[...] foi identificado com o modelo japonês e com o sucesso da indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional. Durante os anos 70 e 80, várias técnicas de gestão foram importadas do Japão. Mas, no decorrer da mundialização do capital, o sistema Toyota com sua filosofia produtivista

tendeu a assumir um valor universal para o capital em processo. Desprende-se de seu particularismo nacional. O toyotismo passou a incorporar uma 'nova significação' para além das particularidades de sua gênese sócio-histórica (e cultural), vinculada ao capitalismo japonês. (ALVES, 2005, p. 413)

Segundo Pacievitch⁴, Toyotismo é o modelo japonês de produção, criado pelo japonês Taiichi Ohno e implantado nas fábricas de automóveis Toyota, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Tendo como principal característica, o Toyotismo produzir apenas o necessário.

No que se refere à desespecialização dos operários profissionais, em decorrência da criação dos “trabalhadores multifuncionais”, introduzidos pelo Toyotismo, é relevante lembrar que esse processo também significou um ataque ao saber profissional dos operários qualificados, a fim de diminuir seu poder sobre a produção e aumentar a intensidade do trabalho. (ANTUNES, 2011, p. 57)

Assim o trabalhador passava por várias fases da produção se tornando um trabalhador polivalente. Nesse período ocorreu uma desespecialização dos saberes profissionais e uma diminuição do poder do trabalhador em negociar espaços, salários e garantias. Surge assim um período de organizações flexíveis.

Todo esse processo junto com outras conjunturas sociais, econômicas e políticas favoreceram o fortalecimento do neoliberalismo, diminuição dos direitos sociais, a organização coletiva da classe trabalhadora, e a redução da intervenção estatal no mercado e na sociedade.

Todas as categorias profissionais foram atingidas pelas mudanças no mundo do trabalho na contemporaneidade, inclusive o serviço social. É o que passaremos a estudar no próximo capítulo.

⁴ Conceito retirado do artigo de Thais Pacievitch com o tema **Toyotismo**. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/industria/toyotismo/>>. Acesso em: 22 de março de 2016.

CAPÍTULO II

Serviço Social e Trabalho na contemporaneidade

2 Serviço Social na Divisão técnica do trabalho

As considerações sobre o trabalho e suas relações sociais realizadas no capítulo anterior foram importantes para refletirmos sobre a realidade do mundo do trabalho na atualidade. Dessa forma, podemos abordar como essa dinâmica atinge os profissionais de serviço social.

Contextualizando o Serviço Social na divisão do trabalho, evidencia-se que é uma profissão em constante transformação, ou como define Iamamoto (2004): trata-se de uma prática em processo de constante renovação. À medida que novas situações são apresentadas ao Serviço Social devido à sociedade em movimento, a prática deve estar sendo repensada constantemente

[...] Busca-se prioritariamente, uma renovação permanente das bases de legitimidade do Serviço Social na classe capitalista e no Estado burguês. [...] para o profissional que vivencia a “crise” profissional sem questionar as bases as políticas de legitimação do seu fazer, tal “crise” se resolve no aprimoramento teórico-profissional em função das exigências do processo de acumulação e modernização do Estado. [...] (IAMAMOTO, 2004, p.90)

Visto ser o Estado o maior empregador dessa categoria desde seu surgimento, se faz necessário uma crescente atuação na elaboração de políticas sociais frente aos desdobramentos constantes da sociedade capitalista monopolista.

Não é diferente para o profissional do Serviço Social que vem ao longo do tempo buscando espaços no mercado, qualificando a profissão que até então, não era reconhecida. Mas esta situação foi bastante emblemática devido às inúmeras limitações existentes naquela década.

Para compreender significado social do fazer profissional do Serviço Social se faz necessário analisar as determinações históricas que levaram essa profissão a se inserir no mundo trabalho e as circunstâncias que propiciaram a atuação necessária frente às diversas demandas que surgem através das expressões da questão social, segundo Iamamoto (2004) “o Serviço Social afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo”.

O Serviço Social se institucionaliza como profissão vinculada à criação das instituições assistenciais, que no caso do Brasil, ocorre a partir do final da década de 1930. Em um primeiro momento, sob a direção da igreja, o trabalho é voluntário, voltado para caridade e buscava a recristianização da sociedade. Focava no assistencialismo, orientação sobre higiene, orientações domésticas etc. Mas é só com o Estado e as políticas sociais que a profissão intensifica a qualificação técnica.

A partir década de 1940 o serviço social começa um processo de tecnificação principalmente sob influencia Norte Americana e européia, concentrando seus estudos na prática profissional sem romper com a igreja sobre tudo nas questões éticas, teóricas e políticas.

Com o passar do tempo o serviço social se vê como uma profissão que precisa dar respostas necessárias para as inquietações do proletariado, e na medida em que surgem novas expressões da questão social a prática profissional precisa se redefinir.

Sendo assim, seguiremos analisando os alguns processos vivenciados pela categoria ao se inserir na divisão técnica do trabalho. Demarcamos o período a partir dos anos 1960 por significar um momento de importantes mudanças para a profissão.

2.1 Intenção de Ruptura com o conservadorismo: por um serviço social além da técnica

Entre o final da década de 1930 ao final dos anos de 1950 o serviço social brasileiro passou por um processo de renovação buscando legitimar sua intervenção ora focalizando mudanças no aparato técnico-operativo, ora buscando renovar seu aparato teórico, ético e político. Quanto à renovação dos fundamentos teóricos temos a perspectiva de Intenção de Ruptura que marcou profundamente a profissão na sua maneira de pensar e agir.

A partir da década de 1960 houve uma diminuição na busca por legitimação profissional com o golpe militar de 1964, mas não significa que houve uma paralização total da intenção de ruptura com o conservadorismo presente no Serviço

Social. Para tanto era necessário qualificar o que se entendia como ruptura, a literatura produzida até então nos países latino americanos foi de suma importância nesse sentido. Como bem define lamamoto:

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições presentes nas condições de exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento “interno” da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las. (IAMAMOTO, 2004, p.37).

Como exposto, esse movimento desencadeado dentro da categoria buscava pautar a ação profissional em defesa do setor dominado da sociedade, a classe trabalhadora. Os profissionais são instigados a se politizar e atuar na implementação de políticas sociais voltadas para atender as implicações da questão social. Ainda de acordo com lamamoto (2004) na medida em que o contingente profissional foi se expandindo tornava-se mais palpável responder às *exigências apresentadas pelo momento histórico*.

Entram em questionamento também as orientações teóricas que deveriam subsidiar a prática, bem como a produção de conhecimento, “isso se reflete na estruturação dos cursos, que orientam os currículos, para uma maior incorporação das ciências sociais, ampliando a bagagem teórica dos profissionais”. (lamamoto, 2004).

O referido movimento de reconceituação profissional se estende para as décadas seguintes 1970/80.

A luta da classe trabalhadora desde a difusão da Revolução Industrial no século XIX permitiu que as lideranças do proletário conseguissem enxergar uma luz sob o pano da burguesia e isso propiciou o avanço das conquistas enquanto classe trabalhadora. O serviço social buscou se aproximar dessa luta através das suas organizações e principalmente conhecendo a teoria que inspirava o movimento da classe trabalhadora.

Nesse ínterim, buscou-se compreender que essa perspectiva social era um avanço, buscando mecanismos que impulsionassem e fortalecesse ainda mais a luta das pessoas submetidas ao trabalho quase escravo no formato mecânico. Tendo em vista também a reflexão crítica sobre as condições a que os trabalhadores eram expostos.

A reflexão acentuada dos profissionais de Serviço Social em relação às grandes lutas sociais ocorre desde a década de 1960, quando se iniciava os processos estruturais do Serviço Social enquanto profissão havendo diversas estratégias para atingir o empoderamento social e profissional.

Nessa perspectiva, muitas discussões surgem acerca dessa iniciação da luta e manutenção dela. Principalmente, no que se refere à compreensão da questão social. E para contribuir nesta reflexão, tem-se:

As estratégias para responder à questão social têm sido tensionadas por projetos políticos-institucionais distintos, que presidem a estruturação legal e a implementação das políticas sociais públicas desde o final dos anos 80, e que convivem em luta no seu interior. (IAMAMOTO, 2011, p. 195-196)

Nesse sentido, a profissão deixa de ser apenas um executor de atividades técnicas específicas para refletir e contribuir com ações que fortaleçam a luta e a consciência de classe.

É fundamental compreender que as lutas sociais foram em sua maioria, em favor da democracia para uma população que vem, ao longo de sua história, sofrendo com perdas de direitos a partir de interesses elitistas e capitalistas.

É nessa perspectiva que a discussão acerca da prática profissional e a observação sobre este fazer profissional vem sendo (re) pensada, e como este está permeado em outros campos do saber e de como vem contribuindo com o trabalho, precário ou não, do assistente social. E sem falar que, toda essa precarização e sucateamento dos serviços, estão deixando os profissionais, preocupados com tudo o que vem acontecendo.

Esse deslocamento da satisfação de necessidades da esfera pública para esfera privada ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos que está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social. (IAMAMOTO, 2001, p. 197)

Muito interessante a discussão que a autora acima trás devido à imensidão com que já vinha prevendo sobre o desmonte nas instituições públicas e privadas, e mais significativamente, na primeira por ser o maior campo de vínculos profissionais do serviço social.

Essa situação só vem fundamentar a importância das lutas sociais em defesa dos direitos que já vinham sofrendo perdas, como já fora discutido, e que é preciso identificar dentro do processo evolutivo social, novos mecanismos para impedir que os direitos se extirpem.

A luta social vivenciada pela classe trabalhadora e especificamente pelos profissionais de Serviço Social vem almejando novas inserções em campos de trabalho onde até então o Serviço Social não atuava, mas o que se evidencia entre os profissionais é uma grande massa adoecida, devido a exploração de trabalho em virtude da garantia da vinculação empregatícia e que esse cenário retrata bem períodos das lutas operárias, quando os trabalhadores já não aguentavam tamanha exploração.

De fato, houve grandes avanços do período da ditadura por meados da década de 1960 até os dias atuais no tocante aos vínculos trabalhistas e em outros setores que atendem ao profissional e seu fazer profissional. Nesta perspectiva podemos compreender que é natural que tenhamos reflexões sobre o trabalho em diversas áreas e que, contribuíram até certo ponto, na consolidação do trabalho regulamentado do Serviço Social.

A consciência da relação do homem (indivíduos e sociedade) com a sua história está diretamente relacionada com o desenvolvimento de sua capacidade em fazer esta história, sendo breve, pelo desenvolvimento das forças produtivas. (LESSA, 2012, p. 06)

As relações sociais estão presentes nas discussões, nos debates e diálogos sobre o Serviço Social, sobre sua práxis, sobre suas movimentações teórico-metodológicas em respostas às demandas sociais.

Ante as dificuldades encontradas pelos assistentes sociais que vai desde sua remuneração à falta de estrutura nas instituições que dispõe de um serviço precário exigindo um atendimento com qualidade, mesmo tendo ciência da precarização das condições de trabalho.

Mas diante de todos os desafios encontrados pela categoria não significa que não se pode repensar novas propostas para subsidiar o trabalho realizado por todos, já que elas podem otimizar as manifestações por parte dos profissionais em busca de melhorias.

Segundo Lessa (2006, p. 01):

A reação à raiz conservadora do Serviço Social resultou em um movimento que, com avanços e recuos, terminou por estabelecer como um dos referenciais da profissão a busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Ainda que possa e deva ser objeto de considerações de várias ordens, e ainda que ele não seja recebido da mesma forma pela totalidade dos assistentes sociais, tal referencial teve o enorme mérito de fazer do Serviço Social a única profissão a conter no seu código de ética uma explícita menção à necessidade de superação da alienada sociabilidade contemporânea.

Mesmo sabendo dessa premissa do Código de Ética não podemos entender que esta é uma solução para a disparidade de problemas existentes em nossa sociedade. Haja vista, que a compreensão do fazer está atrelada ao profissional e sua luta em defesa de seus direitos.

De fato, o assistente social vem lutando bastante para conseguir manter o seu caminhar enquanto profissional e no seu fazer profissional. Pois, na tentativa de manter suas condições objetivas de vida, o profissional emana outros vínculos que ao longo desta pesquisa entenderemos melhor.

2.3 Serviço Social e Trabalho em tempos de crise

Podemos compreender que trabalhar significa entre outras coisas a aplicação de habilidades e competências profissionais mesmo em meio a uma realidade contraditória como a que vivemos. No atual debate, afirma Lessa (2006), acerca da relação entre Serviço Social e a categoria trabalho, está em exame muito mais do que uma questão operativa, instrumental ou de identidade profissional. E, continuamente, este profissional sempre estará sujeito a outras demandas para além do que já vem sendo exposto cotidianamente.

A crise econômica instaurada nessa década tem deixado muitos estudiosos aguçados em debater sobre o ponto inicial desta triste realidade, entretanto, sabemos que o trabalho baseado num perfil do profissional do Serviço Social hoje tem trazido para o esboço desta pesquisa inquietações que nos norteiam a questionar sobre os campos de atuação do assistente social.

Como também refletir sobre as dificuldades encontradas diariamente nas instituições a exemplo os centros de saúde e nos centros de assistência, etc. Na verdade a vertente dessas questões devem ser encarada como um processo histórico que deságua nas barreiras existentes na atualidade.

A crise não veio para excluir ou incluir novas demandas de trabalho, mas para favorecer a acumulação do capital. Aliás, crises são necessárias para efetivação e continuidade do sistema capitalista. A fragmentação social existente na sociedade decorrente das desigualdades sociais e faz com que a compreensão da realidade seja essencial para os assistentes sociais. Além disso, fortalecer a categoria em momentos de crise é fundamental para a defesa da profissão.

Podemos afirmar que, se antes o Serviço Social podia apresentar algumas justificativas para limitar suas investigações aos "estudos de caso" de como e onde intervir enquanto assistência social, hoje, devido à distância socialmente interposta entre seus horizontes e as perspectivas dominantes nas Ciências Humanas, não lhe resta outra alternativa senão desenvolver, ao menos em parte, as investigações teóricas de fundo de que necessita (LESSA, 2006, p. 02).

A discussão trazida por Lessa aborda a problemática de que todos os processos sofridos pela categoria vieram difundir em nossa atual situação rumores de que a profissão tem perdido sua identidade, quando na verdade está buscando outros meios de intervenção, seja na área do trabalho seja na área assistencial, não no seu sentido assistencialista, mas no sentido de busca de garantias de direitos, já violados por muitos anos.

Assim, para sustentar a ideia de que o trabalho tem sido precarizado e tem sido explorado de outras formas de exploração e violação em seus direitos, Antunes diz que:

Um trabalhador contemporâneo, cuja atividade seja altamente complexa e que cumpra um horário de sete horas por dia, trabalha muito mais tempo real do que alguém de outra época, que estivesse sujeito a um horário de

quatorze horas diárias, mas cujo trabalho tinha um baixo grau de complexidade. [...] (ANTUNES apud BERNARDO, 2000: 46).

Ao certo não queremos expor o profissional como o próprio agente condutor dos problemas surgidos ao longo da história da profissionalização, mas alertar aos novos e atuantes profissionais sobre os riscos que geram instabilidade a partir de sua prática exaustiva como é o caso da nossa contemporaneidade. Nessa perspectiva, o mundo do trabalho vai se tornando (ANTUNES, 2001) morfológico devido às diversas fases que o mundo do trabalho vem passando.

A mecanização existente na contemporaneidade infundido na cultura de que se deve ter mais de um vínculo pode ter uma nova conotação no sentido de que o profissional só consegue “viver bem” hoje se tiver mais de um vínculo. Dessa forma, a precarização favorece a intensificação desse problema social.

É justamente na contemporaneidade que discutimos e analisamos sobre o processo existente sobre o trabalho e a forma como ele vem sendo discutido. Em suma, o trabalhador deve ser uma máquina “frutífera” que possa gerar demanda para que o funcionamento social esteja sempre em evolução.

E será mesmo essa a concepção que os profissionais do Serviço Social têm sobre seu fazer profissional?

Na sociedade contemporânea desenvolve-se outra tendência dada pela crescente imbricação entre trabalho material e imaterial, uma vez que se presencia, além da monumental precarização do trabalho (traço este central quando se analisa o mundo do trabalho hoje), um aumento das atividades dotadas de maior dimensão intelectual, quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações, entre tantas outras (ANTUNES, 2011, p. 122).

Dessa forma, entendemos como trabalho material todo aquele produzido pelo profissional na sua atuação enquanto demanda e deliberações e o trabalho imaterial como o científico que trás um novo viés sobre trabalho e classe trabalhadora⁵ que aos poucos vem ganhando espaço, alguns de forma desordenada, outros de forma organizada.

⁵ Para compreender melhor sobre a classe trabalhadora ler-se o livro *O Capital* de Karl Marx.

Quando tratamos o trabalho de forma organizada numa sociedade em crise entendemos que é uma vivência que luta em todos os seus princípios para que seja mantida o que podemos chamar aqui de *aparente* situação social. De fato, a crise trás consigo algumas demandas que fogem do fazer compreender enquanto profissionais, mas pode fomentar a compreensão de que é preciso mudar o sentido de tendência social.

É preciso examinar a situação social dentro de uma crise como algo que permite mudanças, mesmo que radicais, e que aglomere o maior número de pessoas que sejam alocadas no mesmo sentido de transformar o que até o momento concebemos de *transformação social*. Estas e outras possibilidades só podem expandir caso o interesse na transformação seja de todos.

Não se faz melhorias com um grupo pequeno de revoltados numa sociedade marcada por símbolos, onde as transformações acontecem repentinamente, é preciso que haja interação geral no sentido de fortalecer a luta dos trabalhadores.

Dessa forma, o serviço social como integrante da classe trabalhadora passa pelas mesmas situações que os demais trabalhadores. A busca por mais de um vínculo empregatício retrata a desvalorização do trabalho dos profissionais que, para manterem suas condições de vida, se submetem a várias horas de labuta, acumulando jornadas extensas e desenvolvendo problemas em diversas áreas principalmente em relação à saúde, passando a adoecer continuamente.

CAPÍTULO III

3 Trabalho e qualidade de vida

Desde o surgimento das primeiras ideias de escolas de Serviço Social, em 1897, em Toronto, segundo Martinelli (2011) houve grandes avanços no que pode ser interpretado sobre a profissão e seu papel social. Coloca-se aqui o pensamento de que a luta pelo espaço social não teve sua criação recentemente. Nesse sentido é válido expor que desde a Conferência Nacional de Caridade e Correção (1897) muitas foram às criações e inclusões do papel do assistente social e de como seria esta atuação. Até quando surgem as primeiras escolas no Brasil em meados da década de 1930 (MARTINELLI, 2011) o conceito de trabalho ainda era alienado no sentido da exploração da mão de obra.

O crescimento profissional começa a ser intensificado diante da necessidade de políticas sociais para responder as expressões da questão social propiciadas pela acumulação do capital. Atualmente o processo desvalorização do trabalho que atinge o serviço social é refletida diretamente na mão de obra barata e muito precária, que, em sua maioria, não viabilizam condições do trabalhador cuidar de sua saúde, mas que fomenta que o trabalhador se esforce intensamente e sofra abusos quase que impensáveis. Os postos de trabalhos retratam essa realidade devido às vulnerabilidades a que os profissionais são submetidos.

Os dados empíricos apontaram ainda a existência de um paradoxo: de um lado, o contrato formal de trabalho enquanto garantia de cidadania e dignidade; por outro, a existência de uma formalidade, na maioria das vezes, que condiciona o trabalhador a ocupar postos de trabalho que o deixam exposto a condições de trabalho precárias, e, desse modo, vulnerável aos riscos de se acidentar e/ou adoecer. (RODRIGUES, 2012, p. 160)

Diante da reflexão de Rodrigues (2012) pode-se compreender que os profissionais também passam pelo crivo da análise própria com relação ao que se faz e o que necessita diante de um cenário político-econômico-social exigindo cada vez mais do trabalhador. Ao se submeter aos contratos retrógrados em relação aos direitos, o trabalhador expõe sua fragilidade em sobreviver em uma sociedade que exclui e coisifica a vida humana. Vários vínculos empregatícios significam a chance de uma “vida melhor”, dentro de uma sociedade desigual. Mas também gera uma exposição diária ao adoecimento devido às muitas demandas exigidas dos profissionais em seus vários vínculos.

Os trabalhadores estão buscando vencer os desafios cotidianos no sentido de manter seus vínculos por falta de valorização salarial que ainda demanda muito dos profissionais. O ritmo em que os profissionais vêm tendo nessa sociedade, ainda é bastante caótico, já que o/a assistente social não consegue manter-se com apenas um vínculo, sendo necessário que haja no mínimo dois vínculos para cumprimento da necessidade cotidiana.

É justamente essa disponibilidade para dois ou mais vínculos que o nível de qualidade de vida é reduzido, e muitas vezes não sentido pelos profissionais que investem força e tempo no trabalho, e, ainda sofrem com a falta de estrutura econômica e as contratações existentes.

Muitas vezes o mesmo profissional que mantém vínculo na assistência é o mesmo que mantém outro vínculo, só que agora, na saúde. Isso por um lado, possibilita o conhecimento de outras políticas, mas por outro dificulta a especialização profissional na sua área de atuação como também a participação do profissional em mecanismos de controle e participação social que poderia contribuir com a qualidade das políticas e dos serviços prestados a população.

As novas oportunidades de campo de trabalho não ficam apenas na saúde, mas em várias esferas que possibilitem a inserção dos profissionais em outros campos que antes não tinha atuação profissional. Ao ponto que a “maturidade” social⁶ poderá corroborar nas deficiências já existentes no mercado de trabalho no campo do Serviço Social.

Não menos importante é decisão profissional em inserir-se em mais de um trabalho por causa do custo de vida que levam. Entretanto, pode-se expor o risco que essa decisão trás como, por exemplo, a questão do adoecimento demasiado devido ao cansaço físico e psicológico por falta de descanso, mantendo-se em plantões muitas vezes muito puxados chegando até 48 horas trabalhando com poucas horas de descanso. Rodrigues (2012, p. 145) trás que:

[...] os acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho são para o trabalhador e sua família a cassação dos seus direitos, mais especificamente, do direito de viver dignamente como ser humano, diante

⁶ Quando trata-se de maturidade social compreende como os novos campos de trabalho que irão surgir ao longo do tempo e que o profissional de Serviço Social poderá ingressar, aumentando assim, a chance de acumular mais vínculos e assim, fomentando a exploração de trabalho.

da crescente desproteção, onde trabalhadores encontram-se, cada vez mais, desprotegidos ou parcialmente protegidos.

Partindo da análise de outras leituras, pode-se lembrar de um momento em que os trabalhadores reivindicavam melhores condições de trabalho e uma das reivindicações era a diminuição de carga horária de trabalho.

Diante das obrigações, o que fomenta o cansaço mental e físico também, surge o desejo de alguns profissionais em desvincular-se de um vínculo. Mas, até chegar a essa decisão muitas situações já devem ter ocorrido, as quais não serão aprofundadas neste momento.

E diante dos novos pensamentos sobre o cansaço físico e mental do trabalhador, Rodrigues (2012, p. 13) diz que no contexto atual, constatam-se significativas alterações relativas à organização e gestão do trabalho, à proteção social, bem como avanços na compreensão sobre seus efeitos na saúde do trabalhador, entendendo-a como um processo que permeia o modo de ser, de viver dos trabalhadores.

É importante expor neste capítulo que o adoecimento profissional também está relacionado ao tempo de atuação profissional, que em muitas vezes, profissionais que já estão dez, vinte ou mais anos na labuta diária não conseguem mais manter uma saúde de qualidade, risco que aumenta quando este profissional mantém vários vínculos. Esta questão será melhor compreendida mais adiante onde abordaremos entrevistas realizadas com alguns profissionais assistentes sociais.

Quando foi aprovada a Lei 12.317/2010 que regulamenta a carga horária de trabalho em 30 horas semanais foi possível perceber através de atividades empíricas que muitos profissionais entraram num processo de descanso físico e assim, iniciaram a reflexão sobre a manutenção de mais de um vínculo, embora esta realidade ainda esta longe de uma conclusão definitiva.

Partiremos agora para a análise da situação de assistentes sociais com mais de um vínculo em Caruaru.

3.1 Caminho trilhado para a pesquisa

O interesse pela pesquisa surgiu da experiência de estágio e foi a partir daí que, de maneira tímida, se iniciou essa pesquisa através da observação cotidiana dos profissionais que participaram direta ou indiretamente do estágio supervisionado.

O método utilizado para esta pesquisa foi o método marxista dialético crítico, por este se adequar aos propósitos desta pesquisa qualitativa. De acordo com Alves (2010) A concepção marxista é uma ciência à qual o pensador alemão Karl Marx deu o nome de materialismo histórico e cujo objeto são as transformações econômicas e sociais, determinadas pela evolução dos meios de produção.

Para a coleta de dados, foram feitas entrevistas semiestruturadas com 04 assistentes sociais da cidade de Caruaru que trabalham em mais de um vínculo. Para a análise dos dados das entrevistas semiestruturadas⁷ foi utilizada a técnica de análise de conteúdo “compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento”, (CAMPOS, 2004, p.1). O desenvolvimento deste método passa invariavelmente pela criatividade e pela capacidade do pesquisador qualitativo em lidar com situações que, muitas vezes, não podem ser alcançadas de outra forma.

Para os critérios de inclusão foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam em mais de um vínculo empregatício, ficando excluídos da pesquisa aqueles que atuam em apenas um vínculo. Os dados coletados através de entrevistas serão mantidos em sigilo, de acordo com a Resolução nº 466⁸, de 12 de dezembro de 2012, Emitida pelo Conselho Nacional de Saúde que, Considera o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos.

⁷ Segundo Manzini (s/d apud Triviños 1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (Manzini apud TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

⁸ Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>> acesso em: 02 de Maio de 2015.

Para resguardar os nomes dos participantes das entrevistas optamos em substituí-los por números, dessa forma teremos os entrevistados 01, 02, 03, e 04. As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril e maio de 2016. Foram convidadas ao todo 08 assistentes sociais, mas três profissionais se recusaram a participar da pesquisa. E uma, embora fosse assistente social atuava em outra função nos seus outros vínculos, por isso entrou no critério de exclusão.

3.2 Perfil dos entrevistados

As profissionais de Serviço Social participantes dessa pesquisa estão divididas entre recém formadas e atuantes há muitos anos. Pessoas que iniciaram sua profissão através de contratos municipais ou até mesmo como prestadores de serviços, infelizmente algumas continuam até hoje atuando nesta forma de contratação precária. E claro, são em sua maioria absoluta do sexo feminino, traço que ainda é característico da profissão desde sua gênese.

Todas trabalham em Caruaru nos seus dois vínculos, com exceção das entrevistadas 03 e 04, que um dos seus vínculos é em outra cidade, ambas possuem dois vínculos em Caruaru e um terceiro em outra cidade. As entrevistadas 03 e 04 têm três vínculos empregatícios. A entrevistada 01 tem onze anos de formação, a 02 tem quatro anos de formação, as entrevistadas 03 e 04 têm vinte e seis anos de formação.

Tabela 01: Tempo de formação das entrevistadas

ENTREVISTADA	TEMPO DE FORMAÇÃO
01	11 anos de formação
02	04 anos de formação
03	26 anos de formação
04	26 anos de formação

Fonte: dados da pesquisa

Pelos números acima, observamos que mesmo com muitos anos de formação o assistente social ainda continua tendo seu trabalho desvalorizado⁹, fazendo com que os profissionais busquem outros vínculos para suprir suas necessidades. Um maior tempo de trabalho deveria configurar um profissional com mais experiência e provavelmente com uma carreira mais estabelecida. Mas em Caruaru isso não tem acontecido.

Outro dado levantado foi sobre a educação permanente desses profissionais referentes à pós graduação realizada por elas, como veremos na tabela abaixo:

Tabela 02: Formação Permanente

ENTREVISTADA	PÓS GRADUAÇÃO
01	Especialização em Saúde Coletiva
02	Especialização em Saúde Pública
03	Tem duas especializações, mas não informou em que área.
04	Não tem especialização.

Fonte: dados da pesquisa

Com esses dados observamos que a formação permanente não garante uma melhor remuneração para os profissionais, pois, normalmente, não seria necessário buscar outros vínculos. No entanto, títulos de especializações são de fundamental importância para concorrer em processos seletivos, mesmo que seja para contratos temporários, precarizados e injustos.

3.3 Por que mais de um vínculo?

As entrevistadas responderam a seguinte pergunta: Por que mais de um vínculo? Rapidamente todos responderam que é devido à remuneração precária que recebem em cada vínculo, necessitando mais de um vínculo.

A profissional 02 fez a seguinte fala:

⁹ Significa dizer que mesmo aqueles (as) que já atuam a muitos anos não conseguiram estabilidade e ainda precisam buscar outros vínculos para complementar sua renda visto que os salários continuam baixos.

Por conta da remuneração, se um só suprisse realmente não teria necessidade de outro, mas aí como não supre e juntando também você tem que ganhar novas experiências, conhecer outros espaços de atuação profissional, mesmo sendo cansativo, mesmo sobrecarregando, mesmo te deixando um pouco tenso, mas é gratificante. (...) Talvez se eu ganhasse melhor com um vínculo só eu até ficasse, mas eu queria conhecer ter a experiência.

A profissional aponta algo positivo em ter outro vínculo, que é a questão da experiência em outra área. Mas observamos que a remuneração é o fator primordial da busca por outro emprego.

A participante 01 expõe a situação da seguinte forma:

[...] porque na verdade acho que essa busca por outros vínculos se dá muito pela questão salarial, não tem um piso justo a verdade é essa, é muita coisa tramitando, é muita coisa que falta conquistar ainda. Fiquei sabendo esses dias que existe um projeto de lei que vai obrigar, pretende obrigar as prefeituras a pagar aos assistentes sociais tanto adicional de periculosidade quanto adicional de insalubridade que a gente não recebe nem na saúde, e de fato é necessário, mas aí são projetos de lei, não tem nada definido assim como o piso salarial.

A profissional tem uma leitura realidade mais crítica e fala da necessidade do piso salarial ser aprovado e das gratificações que são negligenciadas por muitas prefeituras e instituições desvalorizando a profissão. Ela também fala da necessidade de continuar lutando por melhores condições salariais e de trabalho do assistente social.

A participante 03 coloca que *um vínculo completa o outro, a autonomia que não tenho em um tenho no outro, talvez seja assim: eu saio dois dias de um e vou respirar um pouco lá fora*. Ela considera que um vínculo é cansativo e o ambiente pesado, enquanto o outro vínculo é mais gratificante.

Nas palavras da participante 03, em um dos vínculos, existe uma maior autonomia, o que causa uma sensação de satisfação. O fato dela relatar “respirar lá fora” provavelmente é referente a pressão, precarização, falta de autonomia ou outro fator que gere *stress* e isso pode influenciar na saúde da profissional principalmente, sua saúde mental.

Em ambas as respostas, observamos que o motivo em comum para se ter dois vínculos é a questão salarial. No entanto, as entrevistadas também relataram fatores como conhecer ou ter experiência em outra área e autonomia na atuação profissional. Esses fatores podem refletir o interesse de conhecer outras áreas de

atuação e sua especificidade, como também os limites da atuação profissional em alguns campos.

3.4 Consequências para a saúde

Perguntamos às entrevistadas se ocorreram prejuízos para a saúde oriundos do excesso de trabalho. E todas disseram que tiveram algum prejuízo em sua saúde devido os vários vínculos, chamando a atenção para saúde emocional.

A entrevistada 01 nos apresenta a seguinte realidade:

A questão trabalho nunca vem desligada da questão pessoal, a mulher além do trabalho tem a vida pessoal, os afazeres de casa os filhos, a família pra cuidar. E acaba sendo uma segunda/terceira jornada de trabalho pra algumas, então isso trás um desgaste físico, emocional muito grande porque na profissão da gente requer um envolvimento em algumas situações. (...)

Ela comenta sobre a questão da jornada feminina em relação às responsabilidades domésticas o que demanda mais trabalho para a mulher, bem como coloca Antunes:

E, ainda mais, através da duplicidade do ato laborativo, a mulher trabalhadora é duplamente explorada pelo capital, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo. Além de atuar crescentemente no espaço público, fabril e de serviços, ela realiza centralmente as tarefas próprias do trabalho doméstico, garantindo a esfera da reprodução societal, esfera do trabalho não diretamente mercantil, mas indispensável para a reprodução do sistema de metabolismo social do capital. (2011, p.119).

O desgaste físico e o emocional, advindo de uma profissão que trabalha com situações de violência, vínculos rompidos, exclusão, negligência, doença, escassez e muitas outras demandas levam ao profissional a trabalhar também com limitações na resolução dos problemas. Fora isso, a jornada doméstica também pressiona, limita e explora a mulher.

A entrevistada 02 faz a seguinte contribuição:

Graças a Deus não, o que afeta muito é o psicológico, porque é assim: eu trabalho na casa dos pobres tem as suas situações suas demandas. E aqui a gente trabalha com famílias, porque esse serviço é voltado para violações de direitos, então você imagine, só chega pra gente direitos violados, e a gente é ser humano, a gente tem que escutar tem que ter uma posição, então pra gente não é fácil lidar com isso, às vezes realmente o psicológico da gente fica meio que perturbado, porque são várias situações.

Embora ela não reconheça que a sua saúde é afetada, a sua fala mostra que o psicológico é. Isso é interessante, porque tem relação com a saúde mental da profissional. Ela continua expondo que:

Porque chega pra gente várias demandas e nem todas elas é uma decisão só nossa, vem do poder judiciário, polícia, conselho tutelar, é uma equipe que tem por trás que as vezes a gente não pode diretamente dizer eu vou tomar essa atitude, tem que ser um consenso, não é um negócio só pra mim resolver, tem que ser em equipe. Então as vezes esse tempo de resposta nos deixa apavorado, porque na nossa visão era um negócio mais rápido. As vezes realmente o psicológico fica meio abalado nesse sentido, no mais é tudo tranquilo.

A participante 04 respondeu da seguinte forma:

Com certeza eu acho que uma das coisas que implica muito eu tenho dois filhos e a gente se divide entre casa e os vínculos nós temos uma jornada tripla as os trabalhos e a de casa porque as coisas de casa geralmente ficam sobre a responsabilidade e a administração das mulheres quando se tem um companheiro presente isso se torna menos cansativo, mas essa é uma realidade de poucos. Mas na realidade a essência do trabalho do assistente social principalmente na área de saúde em algumas urgências demanda um estresse muito alto então com certeza isso tem um impacto posterior.

Evidencia-se que as demandas existentes em alguns serviços já são desgastantes para os (as) profissionais, somando com o fato de atuar em outras instituições ao mesmo tempo, gera um desgaste emocional e físico que em longo prazo pode acarretar em adoecimento.

3.5 Projeto ético político

As entrevistadas foram provocadas a falar sobre as dificuldades de efetivação do projeto ético político da profissão em seus postos de trabalho. Elas expuseram algumas situações vivenciadas no dia a dia de trabalho.

Vejam os o que a entrevistada 03 disse:

Cada um com suas dificuldades, seus muros que precisam ser transpostos, mas a gente consegue alinhar eu não consigo ver a minha prática longe do projeto ético-político. Agora tem coisas que você consegue avançar e tem coisas que você tem que dar uma segurada um pouquinho, mas agora negar ele nunca. E isso aqui, se não pode ser autorizado também não vou negar ele, não vou infringir o projeto ético-político. Tem coisas que você precisa, até pra você fazer uma grafitagem no aparelho em uma sala precisa de autorização de estratégias pra poder conseguir atingir o objetivo. Até que ponto eu vejo uma grafitagem e acho que é uma pichação? E o que é uma pichação? Também é uma forma de comunicação

né? Pichação é coisa de negro, pobre, arruaceiro então existe essa visão em pichação uma forma de se expressar e tem muitas vezes um cunho político.

Nas palavras da participante vemos uma conscientização em relação ao projeto ético-político. Vemos uma estratégia de expor a realidade de vida de seus usuários através da manifestação artística, já que de outra forma é difícil eles serem ouvidos. Ela aponta para a não separação da prática profissional do projeto ético político.

A participante 02 faz uma pequena fala que diz: *Complicado, muito complicado, por conta desse corre corre, é muito complicado*. Essa afirmação também reforça a difícil situação que os assistentes sociais enfrentam em seus vínculos que é colocar em prática o Projeto ético-político.

Lutar por princípios de liberdade, defesa dos direitos humanos, equidade e justiça social, eliminação de todas as formas de preconceito entre outros é sem dúvida nenhuma um grande desafio. Ainda mais em quando você tem mais de um vínculo, pois isso pode significar realidade institucional diferentes, demandas diferentes e pressões diferentes.

A participante 03 faz a seguinte reflexão:

A gente trabalha por direitos fragmentados, aonde não reconhece o direito ele tem que ser garantido por completo, e aqui, a gente trabalha muitas vezes com gritos fragmentados. São coisas que a gente consegue fazer com um ou dois, a gente precisa ser consciente porque muitas vezes somos nós também técnicos que estamos legitimando a situação, mas eu acho que isso é um grande passo pra mudança.

Ao falar que os técnicos podem legitimar a situação, a entrevistada revela a responsabilidade que os assistentes sociais comprometidos têm. As demandas em excesso e a pressão no ambiente de trabalho são fatores que podem prejudicar esse compromisso.

A prática profissional longe do projeto ético político deixa de ser uma prática articulada com os trabalhadores e sua luta para se tornar uma prática institucional orientada para resolver demandas pontuais.

A preocupação com assistentes sociais com mais de um vínculo e seus rebatimentos para a prática, pode ser refletido justamente no compromisso ético-político, pois, embora os profissionais tenham esse posicionamento, ele pode ser

comprometido pela injusta realidade dos vínculos sem estrutura, cheios de demandas, e sob pressões institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho evidencia-se uma nítida e prolongada desvalorização dos profissionais assistentes sociais diante de um contexto de super exploração da mão de obra e condições precárias de atuação profissional. Também ficou evidenciado durante toda a elaboração deste, o quanto o trabalho condiciona a vida das pessoas dentro e fora dele.

Objetivo desse trabalho era compreender as implicações dos vários vínculos para a prática profissional e para a saúde do/a assistente social. Percorremos um caminho de estudo bibliográfico, pesquisa de campo, análise de dados e agora as considerações finais.

O assistente social com vários vínculos enfrenta situações de precariedade em dose dupla ou tripla, mesmo tendo mais tempo de formação e com especializações. Além disso, as pressões da atuação e as demandas que chegam, e que, muitas vezes, ficam sem resolutividade devido às questões socioeconômicas, pressionam mais ainda o profissional no seu cotidiano, adoecendo o mesmo sem ele perceber.

O compromisso com o projeto ético-político embora presente na fala das entrevistadas pode ser afetado pelo excesso de trabalho, pelas pressões institucionais e pela possibilidade de cansaço mental dos profissionais.

Ter mais de um vínculo, segundo nossas entrevistadas é uma busca por uma melhor remuneração. Essa questão é importante para repensarmos nossa luta como categoria. A categoria precisa se fortalecer mais ainda nesse sentido, seja em relação ao piso salarial, seja por melhores condições de trabalho.

É preciso também continuar a fortalecer a luta dos trabalhadores. Pois o assistente social faz parte dessa luta e desde o período chamado de Intenção de Ruptura tem se envolvido ética e politicamente com essa luta.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanne. **TRABALHO, CORPO E SUBJETIVIDADE: Toyotismo e Formas de Precariedade no Capitalismo Global.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v3n2/09.pdf>>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 8 ed. - São Paulo, Cortez, 2010.

BONNANO, Alessandro. **A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar 1999.** Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/nabuco/05.doc>>. Acesso em: 02 de abril de 2016.

BONNANO, Alessandro. **A Globalização da Economia e da Sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar.** 1999. Disponível em: <<file:///C:/Users/Win7/Downloads/glob2.pdf>> acesso em: 22 de abril de 2016.

BRAGHINI, Nayara Carvalhaes. **As bases sócio-históricas da ontologia do ser social: o trabalho.** Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/AS%20BASES%20S%C3%93CIO-HIST%C3%93RICA%20DA%20ONTOLOGIA%20DO%20SER%20SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2016.

FRANÇA, Merilin Carneiro; ROLIM, Camila Cavalcante. **Serviço Social, política de saúde e a intersectorialidade: os desafios postos no cotidiano.** In: I Jornada NE de Serviço Social: Serviço Social, Trabalho, Luta e Resistência em Tempos de Barbárie, 1. 2014, João Pessoa. Olinda: Nova Presença, 2015. p. 130-138.

GORENDER, Jacob. **Globalização, Tecnologia e Relações de Trabalho**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a17.pdf>>. Acesso em 01 de maio de 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10a ed. Rio de Janeiro: dp&a; 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 7^o edição. São Paulo. Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5^o edição. São Paulo, Cortez, 2011.

JUNIOR, Thomaz. **Fordismo, Toyotismo e Volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v32n4/a02v32n4.pdf>>. Acesso em: 03 de abril de 2016.

LESSA, Sergio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3 ed. - São Paulo, 2012.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. 2 ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 16 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite; OLIVEIRA, Ingredi Palmieri; OLIVEIRA, Maria A. S. Monteiro. **A Centralidade da Categoria Trabalho na Constituição do Ser Social**. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt9/a_centralizacao.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2016.

NETO, Benedito Rodrigues de Moras. **Maquinaria, Taylorismo e Fordismo: a reinvenção da manufatura.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v26n4/v26n4a03.pdf>>. Acesso em: 01 de abril de 2016.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 16 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

RAMOS, Matheus. **Fordismo e Toyotismo: suas principais características com uma análise das precárias relações de trabalho.** Disponível em: <<http://matheusramosribeiro.jusbrasil.com.br/artigos/202589865/fordismo-e-toyotismo-suas-principais-caracteristicas-com-uma-analise-das-precarias-relacoes-de-trabalho>>>. Acesso em 03 de abril de 2016.

RODRIGUES, Priscila Françoise Vitaca. **O trabalhador e as repercussões do adoecimento e acidente de trabalho na sua vida.** Porto Alegre: UCRS, 2012.